

FABÍOLA MARTINS DOS SANTOS

**UMA ANÁLISE HISTÓRICO-ESPACIAL DO SETOR HOTELEIRO NO
NÚCLEO URBANO CENTRAL DE FLORIANÓPOLIS (SC)**

Universidade do Vale do Itajaí
Centro de Educação de Balneário Camboriú
Curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Turismo e Hotelaria
2005

FABÍOLA MARTINS DOS SANTOS

**UMA ANÁLISE HISTÓRICO-ESPACIAL DO SETOR HOTELEIRO NO
NÚCLEO URBANO CENTRAL DE FLORIANÓPOLIS (SC)**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Turismo e Hotelaria da Universidade do Vale do Itajaí, como requisito para obtenção de grau de Mestre, sob a orientação da Prof^ª. Dr^ª Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira.

Universidade do Vale do Itajaí
Centro de Educação de Balneário Camboriú
Curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Turismo e Hotelaria
2005

**UMA ANÁLISE HISTÓRICO-ESPACIAL DO SETOR HOTELEIRO NO NÚCLEO
URBANO CENTRAL DE FLORIANÓPOLIS (SC).**

Dissertação julgada e aprovada no Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hotelaria da
Universidade do Vale do Itajaí, como requisito para obtenção de grau de Mestre.

Balneário Camboriú, 19 de dezembro de 2005.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a. Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira
Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI
Orientadora

Prof. Dr. José Messias Bastos
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC
Examinador

Prof^a Dr^a. Roselys Izabel Correa dos Santos
Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI
Examinadora

DEDICO

A minha filha Júlia, meu amor
ao meu companheiro Carlos Alberto,
aos meus pais Aurora e Djalma e aos
que tiveram comigo, apoiando e incentivando
a elaboração desta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Seria impossível nomear todos que contribuíram em vários momentos para elaboração desta Dissertação. Entre tantos a quem devo agradecimentos, expresso aqueles com quem compartilhei as minhas dúvidas e angústias durante a elaboração deste trabalho:

- A toda a minha família, em especial ao Carlos, à Júlia, ao meu Pai e a minha Mãe, pelo amor, carinho e proteção, sem os quais tudo teria sido muito mais difícil.
- A Prof^a Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira, por seu carinho e a sua dedicação.
- Aos meus amigos que me incentivaram em todos os momentos.

RESUMO

SANTOS, Fabíola Martins dos. **Uma análise histórico-espacial do setor hoteleiro no núcleo urbano central de Florianópolis (SC)**. Balneário Camboriú: UNIVALI, 2005. 189 p. Curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Turismo e Hotelaria da UNIVALI.

O presente trabalho intitulado “Uma análise histórico-espacial do setor hoteleiro no núcleo urbano central de Florianópolis (SC)” contém os resultados de uma pesquisa que buscou apreender as implicações da expansão urbana e turística da cidade de Florianópolis sobre a evolução do setor hoteleiro situado em seu núcleo urbano central. A operacionalização da pesquisa impôs a definição de um referencial teórico apropriado ao entendimento do processo de expansão da cidade e dos fluxos turísticos, de modo a favorecer a apreensão da totalidade dos elementos naturais e humanos definidores da realidade investigada. Assim sendo, as categorias de análise espacial propostas por Milton Santos – forma, função, estrutura e processo - foram aplicadas ao estudo das características do núcleo urbano de Florianópolis, interpretado como resultado da acumulação dos tempos sobre uma base natural. O estudo parte do entendimento de que o espaço urbano é produto de relações sociais historicamente determinadas e abrange uma porção do espaço urbano da capital do estado de Santa Catarina, na qual a organização espacial, fruto de diferentes períodos históricos, vem passando por um acelerado processo de transformação imposto pela expansão da própria cidade. O foco principal da pesquisa é o setor hoteleiro localizado no núcleo central, abarcando as origens e as principais características do setor, bem como a sua relação com a evolução da cidade. Em diferentes períodos da história de Florianópolis, percebe-se que a hospedagem é uma necessidade daqueles que chegavam à cidade e que o desenvolvimento do setor hoteleiro acompanhou as transformações da sociedade. A área de estudo compreende o espaço insular, situado a oeste do Morro da Cruz de forma triangular, delimitado pelas baías Norte e Sul e pela Avenida Mauro Ramos, que tem, em um dos seus vértices a Ponte Hercílio Luz. Florianópolis possui, atualmente, segundo os dados do IBGE (2004), 369.102 habitantes e seu núcleo central abriga hoje cerca de 23 hotéis. Sua organização sócio-espacial sofreu transformações com o passar do tempo, as quais resultaram em alterações do próprio sítio urbano original e na incorporação de novos espaços. O atendimento das necessidades de um número crescente de pessoas estimulou a instalação de novos serviços urbanos com reflexos na configuração do espaço da cidade, particularmente do seu núcleo central, articulado ao contexto regional, estadual e nacional

Palavras-chaves: Expansão urbana, hotelaria, turismo.

ABSTRACT

SANTOS, Fabíola Martins dos. **A historic- spatial analysis of the hostel industry in the main urban nucleus of Florianópolis (SC)**. Balneário Camboriú: UNIVALI, 2005. 189 p. Stricto Sensu Graduation in Tourism and Hotel Industry of UNIVALI.

The current work named “A historic- spatial analysis of the hostel industry in the main urban nucleus of Florianópolis (SC)” contains the results of a research that seeks to comprise the implications of urban and tourist expansion of the city towards the increasing of the hotel sector located in the main urban nucleus. The research function imposed the definition of a theoretical referential appropriate to the city and tourist flows increasing process, in order to favor the apprehension of the natural and human elements definers of the total investigated reality. This way, the proposed categories by Milton Santos- pattern, function, structure and process- were applied in the study of the characteristics of the Florianópolis urban nucleus, interpreted as the result of the accumulation of times in a natural basis. The study emphasizes the urban area as a product of the social relations determined and it includes a portion of the urban area of the capital of Santa Catarina, which has been passing through a fast process of changes historically imposed by the city increasing. The research on the hotel industry located downtown is the main focus of the work, bringing up its origins and the main sector characteristics, as well as, its relation to the city expansion. As we can realize in many different history periods of the city, the hospitality was a need for those who arrived here and the hospitality industry accompanied the city development. The study area encompasses the insular area of the west part of Morro da Cruz in a triangular way, delimited by the North and South bays and by Mauro Ramos Avenue, which has the Hercílio Luz bridge, as one of its edges. As mentioned by IBGE (2004), Florianópolis has 369.102 inhabitants and its urban nucleus holds 23 hotels. Its socio- spatial organization has passed through some changes with the time, which resulted in changes in the original urban area and in the incorporation of new places. The consideration on the increasing of peoples needs stimulated the incorporation of new urban services reflecting on the city configuration, mainly on the central nucleus, linked to the estate, the regional and national contexts.

Key-words: Urban expansion, hotel industry, tourism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Atividade comercial na região do mercado no início do século XX.....	39
Figura 2 - Mapa de Florianópolis	47
Figura 3 - Mapa do Desterro em 1819, localização dos principais bairros.....	49
Figura 4 - Florianópolis de 1950	56
Figura 5 - Mapa de localização da hotelaria no século XIX.	109
Figura 6 - Grande Hotel, 1894.....	112
Figura 7 – Vista do centro da cidade em meados do século XX.....	117
Figura 8 - Hotel Taranto, 1930.....	118
Figura 9 - Vista do Hotel La Porta em 1960	120
Figura 10 - Agência Miramar Caixa Econômica Federal.	121
Figura 11 - Implosão do Prédio onde funcionou a Agência Miramar da Caixa Econômica Federal (05/08/1990).....	121
Figura 12 -Terreno onde se localizaram, sucessivamente, o Hotel La Porta e a Agência Miramar da Caixa Econômica Federal.....	122
Figura 13 - Hotel Majestic, 1935.....	123
Figura 14 - Prédio onde antes se localizava o Hotel Metropol.....	124
Figura 15 - Hotel Royal em 1960.	132
Figura 16 – Hotel Royal em 2005.....	134
Figura 17 – Vista do Hotel Diplomata em 1986.....	144
Figura 18 - Hotel Intercity Florianópolis	145
Figura 19 – Hotel Castelmar em 2005	148
Figura 20 – Hotel Baía Norte em 2005	150

Figura 21 – Hotel Coral Plaza	158
Figura 22 – Hotel Íbis – Rede Accor	161
Figura 23- Mapeamento da Hotelaria localizada no núcleo urbano central.....	166
Figura 24 - Gráfico da Evolução da Oferta de Unidade Habitacional no núcleo central de Florianópolis 1960 – 2005.....	167

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Principais produtos exportados na época (XIX).	40
Quadro 2 - Balanço do número de eventos públicos no Centro de Eventos de Florianópolis. 94	
Quadro 3 - Evolução dos meios de hospedagem no Brasil de 1968 a 1979	103
Quadro 4 - Localização dos edifícios que surgiram em Florianópolis entre 1950 e 1960.....	137
Quadro 5 – Evolução hoteleira em Florianópolis, de 1932 a 1989.	152
Quadro 6 – Os hotéis em funcionamento no núcleo central de Florianópolis	164

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Chegada de turistas internacionais no mundo por região – 2000/2003	76
Tabela 2 – Mão-de-obra empregada em setores das atividades turísticas – 1994 / 2003	80
Tabela 3 - Evolução da população de Florianópolis, 1970/2000.	88
Tabela 4 - Principais cidades visitadas por turistas estrangeiros, 1994/2003.	90
Tabela 5 - Principais mercados emissores de turistas estrangeiros para Florianópolis	91
Tabela 6 – Movimento de turistas nacionais e estrangeiros para Florianópolis e a receita gerada em dólar	92
Tabela 7 – Principais mercados emissores nacionais para Florianópolis	93

SUMÁRIO

RESUMO	V
ABSTRACT	VI
LISTA DE FIGURAS	VII
LISTA DE QUADROS	VIII
LISTA DE TABELAS	IX
INTRODUÇÃO.....	13
1 A GÊNESE E A EVOLUÇÃO DE FLORIANÓPOLIS	26
1.1 As atividades comerciais e o porto como elementos formadores da cidade	36
1.2 As características geo-históricas da Ilha de Santa Catarina	45
1.3 As transformações do espaço urbano central de Florianópolis	48
1.4 Ordenamento urbano da cidade: resenha histórica dos Planos Diretores	60
2 O ESPAÇO E O TURISMO DE FLORIANÓPOLIS	65
2.1 Reflexões teóricas acerca do espaço e turismo	65
2.2 O desenvolvimento do turismo como atividade sócio-econômica	71
2.3 A expansão do turismo em Florianópolis	82
3 EVOLUÇÃO DA HOTELARIA NO BRASIL E A SUA ORIGEM NA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS.....	96
3.1 Gênese e evolução da hospitalidade no Brasil	96
3.2 As origens da hotelaria em Nossa Senhora do Desterro / Florianópolis	106
4 O DESENVOLVIMENTO DA HOTELARIA NO NÚCLEO CENTRAL DE FLORIANÓPOLIS.....	117
4.1 Evolução da hotelaria até os anos de 1970	117
4.2 O quadro da hotelaria no núcleo central de Florianópolis de 1980 até 2005.	143

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	169
REFERÊNCIAS.....	167
APÊNDICE	173

INTRODUÇÃO

O presente trabalho buscou apreender as transformações geradas na área correspondente ao núcleo central de Florianópolis, decorrentes da expansão urbana e do crescimento da atividade turística e os seus reflexos sobre o desenvolvimento do setor hoteleiro local. No desenvolvimento do estudo, o espaço urbano foi interpretado como um produto de relações historicamente determinadas, em que o processo de produção é ao mesmo tempo histórico e social.

Na porção correspondente ao núcleo urbano central da capital do estado de Santa Catarina¹, a organização espacial é fruto de diferentes períodos históricos e vem sofrendo, na atualidade, um processo de transformação imposto pelo crescimento da própria cidade e das atividades ligadas ao setor terciário, destacando-se nos últimos anos, aquelas relacionadas ao turismo.

O desenvolvimento da temática levou à análise das origens e alterações ocorridas no traçado urbano de Florianópolis, bem como de sua evolução sócio-econômica, buscando definir as principais modificações introduzidas em sua organização sócio-espacial ao longo do tempo.

O foco principal da pesquisa, porém, está voltado para análise da atividade hoteleira localizada no núcleo central, sua expansão e as transformações decorrentes do crescimento urbano e dos fluxos turísticos, o que exigiu a identificação das iniciativas pioneiras, das principais características do setor em diferentes momentos da história de Florianópolis e sua relação com o desenvolvimento da cidade. A investigação concentrou-se nos empreendimentos da área central da cidade, situada no espaço insular a oeste do Morro da Cruz, delimitada pelas baías Norte e Sul e pela Avenida Mauro Ramos, tendo em um dos

¹ Esta porção corresponde a área delimitada pelas avenidas Rubens de Arruda Ramos, Paulo Fontes e Mauro Ramos, também conhecida como centro histórico de Florianópolis.

seus vértices a Ponte Hercílio Luz. Nesse espaço, encontram-se instalados atualmente 23 hotéis.

O andamento da pesquisa demonstrou que a evolução do setor hoteleiro de Florianópolis está intimamente relacionado às diferentes etapas do seu crescimento urbano, razão pela qual tornou-se necessário analisar as determinações sócio-econômicas que influenciaram a expansão da cidade.

Florianópolis possui, segundo a estimativa do IBGE (2004), 369.102 habitantes e sua configuração espacial foi alvo de alterações cumulativas com o passar do tempo, as quais promoveram modificações no sítio urbano original, bem como a incorporação de novas áreas para atender às crescentes necessidades decorrentes da própria expansão urbana. Para compreender as características atuais, foi preciso analisar a gênese de Florianópolis e os principais elementos relativos à evolução do seu espaço urbano, realizando-se um esforço no sentido de recuperar aspectos relativos a sua história, os quais caracterizaram as diferentes etapas do seu crescimento.

A partir dos grandes marcos da história nacional, foi definida uma periodização em que se procurou apreender as relações sócio-econômicas dominantes, identificando o papel destas na reorganização do espaço urbano. Assim sendo, o presente é entendido como resultante de várias fases de sua evolução sócio-espacial, dando-se ênfase às ocorrências mais marcantes da história da cidade.

A apreensão dos múltiplos aspectos definidores da configuração do núcleo central tornou necessário resgatar a trajetória do desenvolvimento urbano de Florianópolis, inserida no contexto nacional, levando-se em conta também os aspectos físicos, bem como os elementos humanos responsáveis por suas características espaciais, hoje em acelerado processo de mudança. Antes de tudo, é preciso lembrar que a organização do espaço urbano florianopolitano foi influenciada, desde as suas origens, por sua localização estratégica no

litoral Sul do Brasil e pelo fato de ter sido capital da antiga capitania de Santa Catarina. Nesse sentido, foram determinantes para a fixação do núcleo de povoamento original as características naturais da Ilha de Santa Catarina e a sua localização, ou seja, o sítio e a sua situação geográfica.

Desde a sua fundação, Florianópolis foi marcada pela função política e administrativa e ao longo de sua evolução histórica passou por três grandes estágios de desenvolvimento, conforme aponta Bastos (2000, p. 127-128):

A primeira urbanização está vinculada à ascensão da pequena produção mercantil açoriana que na virada do século XVIII para o século XIX tornou-se exportadora de gêneros alimentícios como a farinha de mandioca, óleo de peixe salgado, etc. Essa fase está relacionada também ao estabelecimento das milícias portuguesas do Brasil meridional e à função administrativa de capital Província. A segunda, iniciada a partir do último quartel do século XIX, quando então, Florianópolis é promovida a condição de praça comercial importadora que vai abastecer as emergentes colônias de alemães e italianos recém instalados nos vales atlânticos catarinenses. A última fase está relacionada ao processo de inserção da capital catarinense no contexto do capitalismo industrial brasileiro e catarinense que ocorre com mais vigor a partir da segunda metade dos anos 50 e transforma radicalmente a cidade.

O porto, ao lado da função político-administrativa, foi elemento fundamental na gênese da povoação, servindo de atracadouro das embarcações e de ponto de comércio. A expansão da atividade portuária resultou na demanda por infra-estrutura de apoio para atender os que chegavam à cidade, o desembarque de mercadorias para as negociações com o comércio local.

A necessidade de atender o fluxo crescente de pessoas e de mercadorias acabou estimulando a instalação de novos serviços urbanos. Assim, ao lado das edificações que começaram a surgir para o atendimento dessa demanda, espaços residenciais utilizados inicialmente apenas pela comunidade local foram paulatinamente sendo transformados em áreas para prestação de serviços, ligados às atividades comerciais e, ao mesmo tempo, dando origem à atividade hoteleira. Assim sendo, as edificações foram sendo gradativamente adaptadas para assumirem determinadas funções decorrentes das necessidades sócio-econômicas e políticas de cada época.

A própria organização do espaço correspondente ao núcleo urbano central de Florianópolis passava por transformações impostas pelas novas condições sócio-econômicas, respondendo às crescentes necessidades de sua população e daqueles que aqui chegavam e, mais recentemente, dos fluxos turísticos que acabaram estimulando a ampliação da rede hoteleira, muito embora alguns estabelecimentos tenham surgido para atender a uma demanda por hospedagem que inicialmente não era turística².

A tarefa de analisar as alterações geradas no núcleo central da cidade de Florianópolis, por sua vez, exigiu o aprofundamento do conhecimento acerca de um contexto maior, capaz de abarcar um quadro de relações que transcendessem o espaço urbano local. Foi preciso considerar os objetos e as ações como um todo, pois “a história da produção de um fato desencadeia um processo bem mais abrangente, que insere o fenômeno em contextos cada vez mais amplos”. (SANTOS, 1988, p. 58), o que implica a consideração de elementos explicativos situados em diferentes escalas: local, regional, nacional e internacional.

O desconhecimento inicial acerca da evolução histórica da área de estudo, dos processos locais responsáveis pela expansão urbana e turística, bem como do surgimento da hotelaria, levou à consulta, também, de obras capazes de favorecer o levantamento de dados preciosos sobre a realidade investigada. Dessa forma, o ponto de partida da pesquisa, no que concerne à gênese da hotelaria, foi definido pelos relatos do naturalista estrangeiro René Primevère Lesson³, o qual, em expedição pela ilha de Santa Catarina, declarava que “em 1822, Nossa Senhora do Desterro não oferecia aos estrangeiros nem hotel, nem restaurantes, nem café”. Dessa afirmação, depreende-se que até o primeiro quartel do século XIX não havia

² Esta questão é bastante polêmica, pois envolve a definição do que vem a ser turismo. Para a OMT (Organização Mundial do Turismo). Por Turismo entende-se “as atividades de deslocamento e permanência em locais fora de seu ambiente de residência, por período inferior a um ano consecutivo, por razões de lazer, negócios ou outros propósitos”. O turismo é uma atividade da sociedade do consumo, que exige planejamento e organização para o desenvolvimento social e econômico de uma localidade. São necessários grandes investimentos financeiros e tecnológicos na criação de bens serviços para atender às necessidades dos turistas.

³ In: Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX. Organizado por Martin Afonso Palma de Haro. Florianópolis: UFSC, 1996.

estrutura de hospedagem comercial. Somente em meados daquele século é que começam a aparecer os primeiros hotéis, como se procurará demonstrar no decorrer do trabalho. Por outro lado, a investigação comprovou que a evolução hoteleira de Florianópolis acompanhou o crescimento da própria cidade, modificando-se ao longo do tempo para responder às necessidades de cada época.

Sobretudo nas últimas décadas, em Florianópolis, vêm ocorrendo crescentes transformações na configuração do espaço urbano, tanto no que se refere aos aspectos físicos como aos sócio-econômicos. O processo de produção e de apropriação do espaço urbano vem passando por mudanças ditadas pela lógica capitalista, que, além de alterarem os traços da paisagem natural, também reduzem as marcas de sua história.

Ao analisar a evolução urbana florianopolitana, percebe-se, em vários momentos da sua história, elementos impulsionadores do desenvolvimento da cidade. Como capital da província de Santa Catarina, tornou-se ponto estratégico do Brasil Meridional, juntando à função administrativa a função comercial e exportando produtos alimentícios, como o peixe salgado e a farinha de mandioca, que juntamente com outros produtos locais e regionais, eram escoados através do seu porto, meio de contato entre as regiões litorâneas produtoras e os mercados consumidores durante muito tempo. A construção da ponte Hercílio Luz, em 1926, facilitou a ligação da ilha com o continente.

Até 1930, Florianópolis foi o maior centro exportador do Estado. A Revolução de 30 sinalizou a necessidade de promoverem-se grandes mudanças na estrutura econômica e política brasileira, com a chegada ao poder de camadas sociais nacionalistas e a formação de um novo pacto político que uniu latifundiários, ligados ao mercado interno, e a burguesia industrial nascente, excluindo do poder os comerciantes de importação e exportação que, no caso de Florianópolis, representavam as camadas sociais mais abastadas. Tal ruptura, foi,

assim, responsável por uma estagnação econômica da cidade e, de um modo geral, da faixa litorânea catarinense.

Com o novo modelo de desenvolvimento implantado a partir de 1930, os centros econômicos mais dinâmicos de Santa Catarina passaram a ser os pólos industriais localizados nas áreas de colonização européia, implantadas na segunda metade do século XIX. Em contrapartida, os núcleos urbanos situados na faixa litorânea, entre os quais Florianópolis, permanecem praticamente estagnados até que as melhorias no sistema viário viabilizassem o contato dessa região costeira com as outras regiões do Estado e, até mesmo, com os estados vizinhos, o que imprimiu um novo dinamismo às localidades litorâneas.

Embora os balneários catarinenses começassem lentamente a ser freqüentados por veranistas, já no final da década de 1960, antes mesmo da inauguração BR 101, iniciou-se o fluxo de turistas provenientes do Paraná, do Rio Grande do Sul e do interior de Santa Catarina. Nesse mesmo período, a cidade de Florianópolis passou a oferecer uma gama de novos serviços, dentre os quais destaca-se a implantação da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, atraindo um contingente maior de pessoas, sobretudo, estudantes e professores com empregos e funções econômicas diretas e indiretas, juntamente com novas oportunidades ligadas às atividades governamentais. (PELUSO JR, 1991, p. 340).

Nos anos setenta, incentivos estaduais e federais revolucionavam a configuração urbana da cidade, atendendo as novas exigências estruturais viárias e urbanas, como é o caso da implantação do aterro da Baía Sul que, dentre outras funções, serviu como via de acesso à ponte Colombo Sales, inaugurada em 1975, e, posteriormente, ampliado com a inauguração da Ponte Pedro Ivo Campos, em 1991. Outras modificações no sistema viário, tais como: aterros, estradas, duplicações, viadutos e túneis foram igualmente planejados para atender à demanda da própria população residente e dos fluxos turísticos crescentes.

Por outro lado, as modificações introduzidas na cidade, com a participação do aparelho estatal, geraram uma nova demanda por trabalhadores qualificados, que se refletiu num aumento populacional significativo de pessoas de fora frente ao contingente de habitantes naturais. A análise dos dados levantados pelos censos demográficos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE) demonstra um crescimento de 247% na população de Florianópolis no período compreendido entre 1970 a 2000. Paralelamente ao crescimento da população local, a cidade vem recebendo, nas últimas décadas, um número crescente de turistas, exigindo a ampliação dos serviços ligados à hospedagem. Apesar das freqüentes oscilações, os dados divulgados pela SANTUR (Santa Catarina Turismo S/A – Órgão oficial do turismo em Santa Catarina) acerca do número de turistas que chegam a capital de Santa Catarina na alta temporada demonstram que, se em 1986⁴ a cidade recebeu 199.500 turistas, nos meses de janeiro e fevereiro de 2004, chegaram 581.442 turistas, entre estrangeiros e nacionais, o que evidencia um crescimento expressivo da atividade turística.

Diante desse quadro, são visíveis hoje as transformações urbanas, sobretudo no núcleo central que guarda elementos luso-açorianos nos poucos casarios antigos ainda existentes. Entretanto, as características arquitetônicas que retratam as origens da sua formação vão dando lugar aos empreendimentos verticalizados que afetam a configuração do espaço urbano local. Nesse contexto, pergunta-se: qual a relação das transformações registradas no núcleo urbano central de Florianópolis com a evolução da atividade hoteleira?

Para responder este questionamento, foi definido como objetivo central da pesquisa analisar a expansão urbana e o crescimento da atividade turística em Florianópolis, estabelecendo relações entre o desenvolvimento do setor hoteleiro no núcleo urbano central e as diferentes etapas da evolução histórica da cidade. Para alcançar este objetivo geral, foram traçados alguns objetivos específicos, tais como: compreender a gênese da formação sócio-

⁴ Primeiro ano em que a SANTUR começou a realizar a pesquisa de demanda em Santa Catarina

espacial do litoral de Santa Catarina, nela inseridas as origens da cidade de Florianópolis; levantar as diferentes etapas da evolução urbana e da atividade turística, identificando-se os elementos responsáveis por essa expansão e as principais características dessa dinâmica; caracterizar o desenvolvimento da hotelaria no núcleo central, relacionando-o às diferentes etapas do desenvolvimento da cidade e, por último, caracterizar o setor hoteleiro no núcleo urbano central de Florianópolis na atualidade.

Como referencial teórico-metodológico para analisar a realidade sócio-espacial, objeto deste estudo, foram utilizados conceitos difundidos por Milton Santos, entre os quais destaca-se o paradigma da formação sócio-espacial que possibilita a realização de análise de caráter globalizante, por considerar as “múltiplas determinações” responsáveis por uma realidade concreta. A opção por essa perspectiva parte do entendimento de que as especificidades de um determinado local (no caso, Florianópolis) têm explicações de ordem natural e humana, ao mesmo tempo em que correspondem a uma conjugação de fatores endógenos e exógenos situados em diferentes etapas de sua história. Ao considerar as características físicas do espaço onde se constituiu a cidade e a história da sociedade que aí se implantou, o paradigma de formação sócio-espacial propicia um enfoque multidisciplinar em que o espaço geográfico e o tempo histórico constituem o ponto de partida para uma melhor compreensão de uma realidade em que, a cada nova fase de sua evolução, o espaço natural vai sendo modificado de forma mais profunda, respondendo às exigências sociais definidas a partir das imposições locais, regionais, nacionais ou internacionais, ditadas pelas relações de produção dominantes.

A interpretação da realidade florianopolitana, na qual a expansão turística pode ser entendida como um estímulo ao desenvolvimento da atividade hoteleira, encontra apoio ainda nas reflexões sugeridas por Santos (1997, p. 7) ao afirmar que “os elementos do espaço são determinados pelos homens, pelas firmas, pelas instituições, pelo suporte ecológico e pelas infra-estruturas”. Assim sendo, a atividade turística se expressa em todos os elementos da

oferta e da demanda, além de agir também sobre a população residente numa ação e interação recíprocas.

Para analisar os elementos do espaço quanto às suas interações, Santos (1997, p.7) aponta que:

[...] na medida em que função é ação, a interação supõe interdependência funcional entre os elementos . Através do estudo das interações, recuperamos a totalidade social, isto é, o espaço como um todo e, igualmente, a sociedade como um todo. Pois cada ação não constitui um dado independente, mas um resultado do próprio processo social.

A dinâmica do fenômeno turístico e seus reflexos sobre o espaço podem ser captados igualmente através do uso das categorias analíticas de forma, função, estrutura e processo, enquanto proposta metodológica que objetiva decompor e recompor a totalidade e a interpretação do espaço geográfico, conforme sugere Milton Santos.

Assim sendo, considerando a expansão urbana de Florianópolis e o crescimento dos fluxos turísticos, que acabaram por alavancar o desenvolvimento da atividade hoteleira, tornou-se necessário estudar a organização do espaço urbano florianopolitano, buscando apreender as distintas funções desempenhadas pela cidade em diferentes épocas, resgatando o processo que culmina com as características hoje apresentadas. A apreensão da evolução do espaço urbano faz-se necessária, porque toda a realidade precisa ser compreendida espacial e temporalmente, visto que toda e “qualquer sociedade só pode ser definida através do espaço, já que o espaço é o resultado da produção, uma decorrência de sua história, mais precisamente, da história dos processos produtivos impostos ao espaço pela sociedade”. (SANTOS, 1997, p. 49).

Ainda para Santos (1997, p. 1), o espaço se apresenta “como uma instância da sociedade como um fator da evolução social, não apenas uma condição”. Isso quer dizer que o espaço é essencialmente social, contendo em si mesmo uma gama de objetos físicos que constituem a paisagem para os olhos de quem a observa, mas que ganham vida e movimento

através dos processos sociais que representam a sociedade de uma época. Daí porque a compreensão da configuração do espaço urbano correspondente ao núcleo urbano central de Florianópolis precisa, de um lado considerar as características físicas (naturais) do lugar e, de outro, a sociedade que nele vive, pois, como já foi destacado, o espaço é uma construção social, ou seja, as relações que os homens estabelecem entre si ao longo do tempo são fundamentais para a compreensão da forma como espaço é organizado.

Assim sendo,

Todo e qualquer período histórico se afirma com um elenco correspondente de técnicas que o caracterizam e com uma família correspondente de objetos. Ao longo do tempo, um novo sistema de objetos responde ao surgimento de cada novo sistema de técnicas. Em cada período, há, também um novo arranjo de objetos. Em realidade, não há apenas novos objetos, novos padrões, mas igualmente, novas formas de ação. Como um lugar se define como um ponto onde se reúne feixe de relações, o novo padrão espacial pode dar-se sem que as coisas sejam outras ou mudem de lugar. É cada padrão espacial não é apenas morfológica, mas, também funcional. Em outras palavras, quando há mudança morfológica, junto aos novos objetos, criados para atender a novas funções, velhos objetos permanecem e mudam de função. (SANTOS, 1997, p. 77-78).

Ao longo da evolução histórica objetos característicos de épocas distintas assumiram determinada função, embora a forma permanecesse a mesma. É que, assim como as relações sociais vão se modificando ao longo do tempo, as formas ou objetos do passado podem vir a desempenhar novas funções. O antigo prédio da Alfândega, por exemplo, tinha um significado especial para a cidade enquanto dominava a atividade portuária. Hoje, o local funciona como um centro de artesanato bastante visitado pelos turistas que chegam à cidade.

A operacionalização da pesquisa exigiu a definição de alguns procedimentos e estratégias capazes de reunir as informações necessárias para investigar a origem da hotelaria localizada no núcleo urbano central de Florianópolis e sua evolução até os dias atuais.

A investigação foi desenvolvida através de estudo de caráter histórico e exploratório, que suscitou a realização de pesquisas bibliográficas e de campo. A realidade empírica investigada encontrou, por um lado, apoio em concepções teóricas, mas, por outro, exigiu também um levantamento de dados referentes a diferentes períodos históricos .

Como método básico, foi utilizado o materialismo histórico dialético para apreender a história do núcleo central de Florianópolis e de sua evolução, tendo como ponto de partida o entendimento de que as relações sociais dominantes em cada etapa histórica são responsáveis pela evolução de uma determinada formação sócio-espacial. Por entender que o cenário atual teve sua origem no passado, foi preciso pesquisar as iniciativas pioneiras para compreender as características do setor hoteleiro hoje.

Por se tratar de uma pesquisa com sustentação histórica, a etapa de coleta dos dados exigiu, de acordo com Richardson (1989, p.206):

- A responsabilidade do pesquisador em conhecer toda a informação disponível sobre o acontecimento estudado;

- E a busca de novas fontes, capazes de fornecer dados, até então desconhecidos, para melhor análise dos acontecimentos.

Quanto à pesquisa qualitativa nas ciências sociais, o trabalho de campo representa uma possibilidade de aproximação com aquilo que se deseja conhecer. Nesse caso, recorreu-se à identificação dos empreendimentos hoteleiros existentes na atualidade e à investigação acerca do surgimento dos primeiros hotéis localizados na área delimitada para o estudo, o núcleo central de Florianópolis.

Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos. (RICHARDSON, 1989, p. 43)

Na fase exploratória da pesquisa, fez-se o levantamento de dados junto aos órgãos públicos (IPUF e IBGE), para a busca de informações históricas sobre a cidade. Foram igualmente consultados o acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, bem como o das Bibliotecas das Universidades e Faculdades, como: UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), ASSESC (Associação de Ensino de Santa Catarina) e UNIVALI

(Universidade do Vale do Itajaí). No desenvolvimento deste estudo, realizou-se, também, o levantamento das informações junto aos órgãos competentes ligados à hotelaria e ao turismo, como SANTUR, ABIH (Associação Brasileira da Indústria de Hotéis) e ao Sindicato de Hotéis, Bares e Similares.

Em relação ao trabalho de campo, para investigar a gênese e a evolução da hotelaria, recorreu-se à história oral. Para Moss (1974), “pela história oral é possível preencher as lacunas deixadas pelos documentos formais e, simultaneamente, preservar depoimentos que se perderiam, sem que se desse voz e vez ao cidadão comum, este sim o real protagonista da história humana”. Foi utilizado um roteiro de entrevistas semi-estruturadas, direcionadas aos proprietários e gestores dos hotéis localizados no centro de Florianópolis. Nessa fase também foram entrevistadas algumas pessoas as quais mantiveram relação de trabalho com os empreendimentos hoteleiros localizados na área estudo, indetificadas no decorrer da pesquisa. Visando ter mais informações, foram também realizadas visitas técnicas aos 23 hotéis em funcionamento na atualidade, no núcleo central de Florianópolis.

O esforço para coletar os dados levou também à consulta de dissertações, teses, revistas científicas, bem como de fotos antigas, artigos e anúncios dos jornais de época (XIX e XX) para uma análise das diferentes etapas na evolução do núcleo urbano central de Florianópolis.

A estrutura do presente trabalho é constituída por quatro capítulos, sendo que, no primeiro capítulo, apresenta-se uma análise geral da formação sócio-espacial do litoral catarinense e evolução do núcleo urbano de Florianópolis, resgatando suas características sócio-econômicas, com o intuito de compreender a organização sócio-espacial da área em estudo, bem como as transformações ocorridas ao longo do tempo nesse espaço. Discute-se, no segundo capítulo, a dinâmica do turismo em Florianópolis e as transformações espaciais decorrentes da atividade turística no seu espaço urbano. Já, no terceiro, é enfocada a

hospitalidade no Brasil e a gênese da hotelaria em Florianópolis, identificando as origens e as principais iniciativas do setor hoteleiro. O quarto e último capítulo aborda a evolução da hotelaria de Florianópolis circunscrita, como já foi enfatizado, ao núcleo central, mostrando as transformações pelas quais vêm passando os empreendimentos desse setor.

1 A GÊNESE E A EVOLUÇÃO DE FLORIANÓPOLIS

O território que hoje corresponde ao Brasil foi povoado por iniciativa da Coroa Portuguesa, e sua ocupação se fez a partir do litoral, obedecendo a uma política expansionista, sobretudo no que concerne às terras localizadas na porção Meridional da colônia portuguesa, a fim de garantir a posse da terra disputada pelos dois reinos ibéricos: Portugal e Espanha.

Como em todo o território brasileiro, antes da chegada dos europeus, a Ilha de Santa Catarina e o continente próximo eram habitados por índios Guaranis, denominados localmente pelos europeus que aqui chegaram no século XVI, de Carijós. Tanto os relatos dos viajantes quanto os vestígios arqueológicos atestam a existência desses povos que, entretanto, foram rapidamente exterminados pela presença do homem branco ou fugiram continente adentro, desaparecendo ao longo dos tempos⁵.

A estratégia da Coroa Portuguesa de povoamento do litoral Meridional da colônia luso-americana teve como ponto de partida a capitania de São Vicente de onde se irradiaram os excedentes populacionais que deram origem a três núcleos básicos do povoamento catarinense: Nossa Senhora do Rio São Francisco em 1645, fundada por Manoel Lourenço de Andrade, localizada ao norte do litoral catarinense, Nossa Senhora do Desterro em 1673, fundada por Francisco Dias Velho e Santo Antônio dos Anjos de Laguna em 1676, fundada por Domingos de Brito Peixoto, localizada ao sul. (CORRÊA, 2003, p. 37).

A partir das fundações de São Francisco, Desterro e Laguna, procesou-se uma intensa ocupação do litoral catarinense, com a concessão de sesmarias e a fixação dos sesmeiros, com seus estabelecimentos agrícolas e pastoris. (PIAZZA, 1992, p.39).

⁵ Os povoadores pré-históricos, de origem tupi-gurani, pertencem a denominada “fase jurerê”, com ampla produção de cerâmica (CORRÊA, 2003, p.21).

A Ilha de Santa Catarina, conhecida primeiramente pelos índios como Meiembiipe, foi chamada de Ilha dos Patos, conforme aparece grafado pela primeira vez por Diego Ribeiro em um mapa datado de 1519. Já a denominação de Santa Catarina foi dada em 1526, pelo navegador veneziano Sebastião Caboto, quando aportou na ilha a serviço da Espanha. Em 1673, Francisco Dias Velho se estabeleceu na ilha, fundando o primeiro povoado que passou a se chamar de Nossa Senhora do Desterro ou simplesmente Desterro. Foi somente em 1894, após a Revolução Federalista, que a cidade recebeu sua atual denominação, Florianópolis, em homenagem a Floriano Peixoto. (PAULI, 1987, p. 26 -27).

Quando o vicentista Francisco Dias Velho fundou a póvoa de Nossa Senhora do Desterro, em 1673, a ilha apresentava-se em condições selvagens, sem nenhum marco de povoamento por parte dos descobridores ibéricos. Com a vinda da família de Dias Velho, a concentração inicial do povoado deu-se na Baía Sul próximo ao local onde hoje se situa a praça XV. Após a morte de Dias Velho, ocorrida em 1689 por saqueadores, a população da ilha diminuiu, pois parte dos habitantes abandonaram o povoado. (PAULI, 1987).

Em 1726, a povoação do Desterro foi elevada à categoria de Vila, denominação que equivale à freguesia ou município, apesar de seu desenvolvimento continuar muito lento (CORRÊA, 2003, p.47). Em 1738, com a criação da província de Santa Catarina, Desterro tornou-se sua capital político-administrativa, tendo sua forma urbana inicial sofrido a intervenção de uma política de fortificação e de edificações executada pelo Brigadeiro José da Silva Paes, seu primeiro governador. A criação da Capitania foi motivada mais por sua vantajosa posição geográfica e pelo seu excelente porto, do que por sua importância econômica. O porto era muito freqüentado pelos navios que iam da Europa para Rio da Prata para o Pacífico, o que motivou o rei de Portugal a desmembrar a ilha e a terra firme adjacente da capitania de São Paulo. Assim, a posição estratégica da Ilha de Santa Catarina levou

Portugal, dentro de seu entendimento geopolítico, a transformá-la em ponto de defesa do litoral Sul do Brasil, estimulando a sua ocupação territorial e demográfica.

O Brigadeiro José da Silva Paes foi responsável pelo projeto da reforma da Matriz de Nossa do Desterro e pelas construções militares correspondentes às fortalezas de Santa Cruz na Ilha de Anhatomirim (1738), de São José da Ponta Grossa (1740), de Santo Antônio da Ilha de Ratoes Grande (1740), e a de Nossa Senhora da Conceição da Barra do Sul (1742) que tinham como função garantir a posse da terra num período em que havia uma interna disputa entre Portugal e Espanha. A estrutura sócio-econômica da capitania foi reforçada com a vinda dos primeiros açorianos a partir de 1748 para o litoral catarinense. As fortificações contribuíram, também, para apoiar o desenvolvimento dos núcleos de ocupação, na medida em que os regimentos militares passaram a ser parte importante do contexto populacional. Elas estabeleceram as primeiras redes de comunicação por mar e por terra, interligando pontos prévia e posteriormente ocupados. (CORRÊA, 2003).

O século XVIII foi particularmente importante para Ilha de Santa Catarina, principalmente para o povoado fundado por Francisco Dias Velho. Se após a sua morte a população da Ilha sofreu uma drástica redução, voltando o local a ser habitado por poucos colonos, o período seguinte enriqueceu sua história com a criação de uma capitania real, consolidou uma pequena organização urbana na antiga povoação estabilizou-se militarmente com a construção de fortes e fortalezas, povoou-a com a chegada de casais açorianos para, finalmente, entregá-la aos inimigos espanhóis. Ao contrário do marasmo existente nos séculos XVI e XVII, nos quais o lugar servia somente de passagem a navegantes de bandeiras em direção ao sul, pouco se interessando pelos precários habitantes que insistentemente ficaram na ilha, a agitação política, social e militar na Ilha foi intensa em todo século XVIII. Afinal, a criação da capitania da Ilha de Santa Catarina significou a instituição da primeira unidade política no sul do Brasil. (CORRÊA, 2003, p. 45)

No século XVII, os franceses e ingleses conquistaram o norte temperado do continente americano com o excesso populacional das metrópoles, estruturando uma sociedade de pequenos produtores. No caso dos portugueses, nos séculos XVII e XVIII, no que se refere ao sul temperado, eles o fazem com contingentes populacionais coloniais, ou seja, com paulistas, ameríndios e africanos, responsáveis pela estruturação, nessa porção do território que

corresponde ao Brasil meridional, de uma sociedade de mera subsistência, na fachada Atlântica e logo latifundiária pastoril-extrativa, no planalto⁶.

Num país com tão grandes dimensões territoriais, a expansão da agricultura comercial e a exploração mineral, somadas à pecuária extensiva no extremo Sul e no sertão nordestino, foram à base do povoamento e a forma de criar riquezas, que redundou na ampliação da vida de relações e no surgimento de cidades no litoral e no interior. (SANTOS, 1993, p. 20).

O comércio colonial agro-exportador teve um significado especial na colonização de várias regiões do Brasil, porém, na formação sócio-espacial da porção meridional, a ocupação desenvolveu-se inicialmente em torno da faixa Atlântica, o que significou “o primeiro momento da colonização lusa e constituiu um passo fundamental na conquista de vastas áreas situadas além dos limites impostos pelo Tratado de Tordesilhas”. (PEREIRA, 2003, p. 103).

Na orla litorânea, os contatos iniciais foram facilitadores pelo mar, enquanto no interior a fisionomia e a flora do planalto meridional concorreram para a rápida expansão das bandeiras de colonização. Movidos inicialmente (século XVII) pela procura de índios para escraviza-los e vende-los, no século seguinte (XVIII), os paulistas passaram a arrebanhar o gado missioneiro para comercializar em Sorocaba, incorporando-o ao circuito econômico colonial e, ao longo desse caminho, foram sendo criadas sesmarias que se transformaram em estâncias. A exploração econômica das terras do planalto catarinense deu origem, nas suas manchas de campo ao latifúndio pastoril, associado ao extrativismo dos ervais nativos encontrados na mata araucária. (PEREIRA, 2003, p. 104).

A ocupação do território catarinense desde os seus primórdios acabou gerando duas realidades distintas: o planalto e o litoral, separados pelas Serras do Mar e Geral. A localização estratégica da costa catarinense, entretanto, permitiu que, no interior dessa formação sócio-espacial, fossem desencadeadas produções territoriais e cumulativas com o passar do tempo.

O litoral catarinense teve um papel fundamental na política expansionista de Portugal que visava garantir a posse da terra disputada com os espanhóis, utilizando os excedentes

⁶ VIEIRA;PEREIRA. Formações Sócio-Espaciais Catarinenses: Notas Preliminares. Anais do Congresso de História de Santa Catarina. Org. CORRÊA, Carlos Humberto Pederneiras; SOARES, Eliana Maria dos Santos Bahia. Florianópolis: CAPES/MEC, 1997.

populacionais da capitania de São Vicente e tirando proveito dos recursos naturais disponíveis na região. O povoamento associava, pois, interesses geo-políticos e geo-econômicos (MAMIGONIAN, 1998) e, nesse contexto, a ilha de Santa Catarina e o continente adjacente passaram a receber, em meados do século XVIII, um expressivo número de imigrantes açorianos, consolidando o modesto núcleo de Desterro, situado na ilha, como local para abastecimento de embarcações e rota obrigatória para atingir a bacia do Rio da Prata.

[...] em conseqüência da atrevida fundação da Colônia do Sacramento (1680), a demonstrar o deliberado propósito de governo luso de fixar definitivamente as raias meridionais de sua rica e próspera possessão à margem esquerda do estuário platino, a dita ilha apresentava-se como situação estratégica de primeira ordem no taboleiro de prováveis contendas e, como tal, seria logo aproveitada vantajosamente para ponto de apoio senão útil e necessária base de operações. (BOITEUX, 1953, p. 14).

A Corte de Lisboa tinha intenções de explorar o Rio da Prata, ao mesmo tempo em que desejava proteger o litoral brasileiro das incursões de estrangeiros sobre o território. Para tanto, fazia-se necessário estabelecer núcleos populacionais que garantissem a soberania sobre a terra, razão pela qual estimulou a realização de expedições para o reconhecimento do litoral Sul do Brasil.

O contato europeu com a paisagem local iria gerar modificações desde o começo do assentamento luso em nosso território. A faixa costeira passou inicialmente a ser povoada pelos vicentistas, que fundaram núcleos litorâneos, como é o caso de Paranaguá no Paraná, para, posteriormente, atingirem o litoral catarinense.

Como já foi enfatizado, a política administrativa instalada pela Corte Portuguesa promoveu, de um lado, o processo de reconhecimento geográfico do território colonial e, de outro, a construção de um sistema de fortificações a partir da criação da Capitania, bem como a colonização açoriana do Brasil meridional.

Para Pereira (2003, p.104-105):

O projeto de colonização do Brasil meridional, do qual fazia parte a ocupação do espaço litorâneo catarinense, se amplia e se consolida com a instalação de bases político-militares, o que levou a construção de um complexo de fortificações, principalmente na Ilha de Santa Catarina, e a edificação de armações baleeiras, financiado por capitais comerciais portugueses, para extração de óleo de baleia, utilizado nos séculos XVIII e XIX para vários fins.

Ainda, segundo Piazza (1994, p.40):

[...] a articulação do plano político-estratégico para essa ocupação tem um artífice no reinado de D. João V: é o brasileiro Alexandre de Gusmão, seu Secretário Ministro, que cuida do reconhecimento geográfico do Brasil Meridional. Articula a formulação de uma política de ocupação militar dessa área do território brasileiro, como a fundação do forte Jesus Maria José, origem da atual cidade do Rio Grande, e a criação da capitania da Ilha de Santa Catarina, como centro militar da base de operações para consolidação daquele princípio Jurídico, que se vai concretizar, aspecto humano, com o envio dos açorianos para essa fronteira e que culmina no campo político, com assinatura, em 1750, do tratado de Madri, cujos limites, são os do Brasil de hoje.

É dentro desse contexto que, provenientes do arquipélago dos Açores, emigraram para o Brasil nos anos de 1747 a 1756, voluntários açorianos para fortalecer a colonização da ilha de Santa Catarina. Esses imigrantes eram agricultores, alguns carpinteiros, vários comerciantes, outros oleiros, mas, pouquíssimos pescadores. Nas ilhas dos Açores, dedicavam-se também às atividades ligadas ao plantio e trato do trigo e do milho, ao cultivo da uva, do ananás, frutas cítricas, hortifrutigranjeiros e pecuária do leite. Ao chegar à ilha de Santa Catarina, deram início a essas atividades, porém experimentaram revezes pela inadaptação do clima para os cultivos, tanto do trigo como do linho. Além disso, encontraram outras práticas relacionadas ao cultivo do algodão e da mandioca, dando origem aos engenhos para a fabricação da farinha de mandioca⁷. (PEREIRA, 1993).

A política de ocupação de todo o litoral catarinense, principalmente nos espaços da ilha de Santa Catarina, seguia praticamente o mesmo ordenamento. Os açorianos eram

⁷ O açoriano, adaptado à ilha de Santa Catarina, muito provavelmente não só pela absorção da cultura da mandioca pré-existente à sua chegada, mas também por imposição da Provisão Régia de 9 de Agosto de 1747, de Dom João V, Rei de Portugal (1706-1750) a qual regulamentava a colonização açoriana no Brasil, a começar pela ilha de Santa Catarina, e tomava outras medidas necessárias, fixou um traço cultural indelével no “desterrense”, com reflexo nos hábitos alimentares: peixe frito com pirão de farinha de mandioca.

distribuídos em várias áreas, “recebiam propriedade de um quarto de légua em quadra (uma légua de sesmarias teria 3.000 braças em linha. Um quarto seria de 750 braças como perímetro da quadra). Essa era a porção de terra que teria para explorar agricolamente”.[...] “Construíam suas casas em alvenaria de pedras, ou os menos abastados, em estuque ou taipas e, com frente para o mar”. (PEREIRA, 1993, p.126).

A princípio, os grupos de açorianos que se instalaram na ilha de Santa Catarina se assentaram aos arredores do Largo da Matriz, expandindo-se primeiramente para o Leste e, posteriormente para o Oeste, conformando aglomerados de casas muito rudimentares (VEIGA, 1993, p. 37). Paralelamente, ocorre a expansão para outras localidades no interior da ilha, formando as freguesias. Os problemas encontrados na época para assentar as famílias de colonos decorriam da dificuldade de transporte e de locomoção por terra ou por mar.

As conseqüências do povoamento açoriano em terras catarinenses fizeram-se sentir em três esferas: político-administrativa, econômica e cultural. Primeiramente, no campo político-administrativo, registra-se o fortalecimento da posição portuguesa na parte meridional da América do Sul. Com o estabelecimento das freguesias, dinamiza-se a vida social e cultural, os sacerdotes passam a ser, ao lado dos oficiais de Ordenanças, os líderes das comunidades. Assim, as principais figuras da política catarinense, quer no Império (1822-1889), ou ainda nos princípios do período republicano (1889-1930) são predominantemente de raiz açoriana. (PIAZZA, 1994, p.69).

No período correspondente ao Brasil Colônia, a ocupação do solo catarinense se insere no contexto comum das sesmarias, isto é, desde o tempo da divisão do Brasil em capitanias, adotou-se o sistema de apropriação do solo com a justificativa do seu uso para agricultura de subsistência.

O fato de se tornar de imediato grande proprietário constituía em chamariz para o colonizador. Se não estavam em jogo distinções à base da hierarquia social do sesmeiro, a obrigatoriedade de ocupar e povoar a terra implicava em discriminação de natureza capitalista, pois os meios para explorá-la, em última análise, iam condicionar a posse efetiva do solo. (PIAZZA, 1994, p. 81).

Diferentemente do restante do litoral brasileiro onde a atividade agrícola era monocultora utilizando-se da mão-de-obra escrava em grandes glebas de terra, no Sul se estabeleciam colônias de povoamento alicerçadas na pequena propriedade familiar. O colono tinha a liberdade de praticar a policultura de subsistência. Este, dentre outros fatores, foi fundamental para propiciar a precoce emergência do litoral catarinense à posição de destaque no cenário colonial da época como uma das áreas fornecedoras de gêneros alimentícios. (BASTOS, 2000, p.129).

Os excedentes da produção ampliaram as relações comerciais da antiga vila de Nossa Senhora do Desterro, transformada em capital com a criação da capitania de Santa Catarina em 1738, passando a exercer funções político-administrativas, somadas à condição de praça comercial. A sua localização geográfica, situada entre os principais mercados da época (Rio de Janeiro e Buenos Aires), favoreceu também o desenvolvimento portuário, acentuando os fluxos comerciais, embora seja importante ressaltar que a produção mercantil açoriana não desembocou em relações capitalistas de produção, muito embora existisse uma diferenciação social no interior dos processos produtivos, especialmente na pesca, já que se registrou, a partir do final do século XVIII, um empobrecimento dessa área que se aprofundou no decorrer do século XIX. A decadência deve-se a uma série de fatores de caráter endógeno e/ou exógeno, entre os quais cita-se o papel concentrador dos comerciantes e aristocratizante dos capitais mercantis, que contribuíram para a permanência das relações de produção pré-capitalistas⁸. (PEREIRA, 2003, p.104).

⁸ PEREIRA (2003), ainda destaca que os elementos característicos da formação sócio-espacial açoriana próprios das relações pré-capitalistas: a fragmentação excessiva dos pequenos lotes de herança, a redução da mão-de-obra produtiva provocada pelo recrutamento dos açorianos para as milícias, o esgotamento do solo arenoso, bem como o espírito de camaradagem existente entre agricultores, pescadores e artesãos, mentalidade tipicamente pré-capitalista.

Já no período Imperial (1822-1889) outros fluxos migratórios dinamizaram o espaço de Santa Catarina. Provenientes de outras áreas da Europa, chegaram os primeiros imigrantes que promoveram o desenvolvimento econômico de várias regiões do estado.

Os primeiros alemães chegaram a São Pedro de Alcântara em 1829. Um pouco mais tarde, no vale do Itajaí, fundaram Blumenau (1850) e no nordeste do Estado, Joinville (1851), seguindo novas frentes de ocupação que estabeleceram colônias menores, numa penetração no sentido oeste. Os colonos alemães iniciaram uma diversificada pequena produção mercantil rural (produtos alimentares, tais como manteiga, banha, leite, queijo) e urbana (atividades de artesãos, como ferreiros, marceneiros, tecelões, alfaiates, sapateiros). Ao comercializarem o excedente de sua produção adquiriam através do sistema colônia-venda outras mercadorias, imprimindo um dinamismo que, articulado às complexas relações econômicas, sociais e espaciais inter e extra-regionais decorrentes da evolução do capitalismo no Brasil e no mundo, propiciou o surgimento e a consolidação de um vigoroso parque industrial. (PEREIRA, 2003, p. 5).

A colonização estrangeira, em Santa Catarina, caracterizou-se pelo estabelecimento de imigrantes etnias germânicas, italianos e, em menor número outras racionalidades. O volume de ingressos de recursos humanos foi muito mais expressivo do que em relação à colonização açoriana, pois os alemães e italianos foram distribuídos em levadas durante 100 anos, até aproximadamente 1930. Por outro lado, revolucionária transformação do transporte marítimo facilitou os deslocamentos de grandes contingentes de carga e pessoas, fomentando a economia através dos produtos excedentes exportados, entre os quais cabe destacar: a banha de porco, a farinha de mandioca e fécula, embutidos de carne, essências medicinais e, mais tarde, produtos do extrativismo madeireiro. O surgimento das ferrovias e com elas, o aumento das transações comerciais intensificou o acúmulo do capital em Santa Catarina, promovendo a ampliação técnica, industrial e comercial dos produtos aqui produzidos. (LAGO, 2000, p. 78–81).

Ainda no final do século XIX, imigrantes italianos colonizaram as áreas periféricas coloniais do vale do Itajaí, primeiramente ocupadas por alemães, além de fundarem também núcleos coloniais no litoral Sul de Santa Catarina, ligados inicialmente à agricultura e posteriormente à mineração do carvão. Já na primeira década do século XX, iniciou-se a ocupação da porção oeste do planalto catarinense, a qual se deve ao processo de colonização

levado a efeito por companhias de colonização do Rio Grande do Sul, com imigrantes alemães e italianos, o que explica a influência da cultura riograndense nessa região.

Na última década do século XIX, teve início um processo de substituição industrial de importações que deu origem a numerosos estabelecimentos capitalistas.

A maioria deles era de proporções modestas e com toda probabilidade utilizavam processos artesanais de produção. Eram na realidade, manufaturas que aproveitavam a disponibilidade de artífices vindos da Europa para produzir para o consumo local artigos até então importados. No entanto, na mesma época também se constituíram as primeiras indústrias brasileiras, sobretudo no ramo têxtil. Estas indústrias operavam com equipamento importado e muitas vezes com matérias primas importadas. (SINGER, 1987, p.67).

Com o avanço da industrialização em Santa Catarina, no século XX, promovida pelos imigrantes alemães e italianos, as cidades do vale do Itajaí (Brusque e Blumenau) e do norte do estado (Joinville) passaram a ganhar destaque no cenário econômico nacional através da indústria têxtil, enquanto no Sul do estado (Criciúma) prosperava a indústria carbonífera. Como conseqüência, a cidade de Florianópolis acaba perdendo espaço econômico para outros núcleos e, gradativamente, sua importância no contexto regional e nacional, passando a exercer praticamente apenas a sua função administrativa de capital do Estado de Santa Catarina.

[...] o empobrecimento gradativo dos açorianos e as escassas oportunidades de emprego nas cidades litorâneas fizeram com que muitos migrassem para as áreas industriais alemãs, para zona carbonífera ou partissem à procura dos grandes centros pesqueiros, como o de Rio Grande e Santos, para trabalharem na pesca embarcada. Aproveitando as crescentes levadas de pescadores para os referidos centros surgiram alguns pequenos comerciantes locais que passaram a transportar, em caminhões, os imigrantes luso-brasileiros e neste ínterim alguns destes tornaram-se empresários da pesca. (MAMIGONIAN, 1966 *apud* BASTOS, 2000, p. 133).

A pequena produção mercantil desenvolvida na faixa litorânea catarinense não deu origem a iniciativas industriais expressivas. Já em áreas do planalto e nos vales catarinenses, a acumulação resultante do excedente comercializado favoreceu a instalações de pequenas indústrias, as quais proporcionaram a formação de núcleos industriais que se destacaram no cenário econômico nacional. A política capitalista desencadeou o processo de segmentação de mercado e as condições favoráveis para o processo de industrialização.

A pesca artesanal praticamente foi dizimada, substituída pela pesca industrial embarcada a qual, em função da sua capacidade de captura, faz escassear o pescado na costa catarinense, contribuindo ainda mais para a decadência da atividade pesqueira artesanal. O pescador, sem outra alternativa de subsistência, passou a vender suas terras para empresários oportunistas, migrando para outras localidades em busca de novas possibilidades de emprego.

Segundo Silva (1999, p.75),

Em termos sociais, a industrialização teve a seu lado, num primeiro momento, o preparo das condições subjetivas para que pescadores se apresentassem no mercado de trabalho, na condição de homens livres. Num segundo momento, parcela deste contingente de trabalhadores foram substituídos por máquinas, evidentemente, nas atribuições mais árduas do processo de trabalho. Além do mais, em localidades como Florianópolis, Garopaba, Laguna, Porto Belo, Bombas, Bombinhas e praticamente todo o litoral, o Estado viabilizou processo de urbanização das praias, provocando, desta forma, maior expressão, no que concerne ao processo de apropriação dos pequenos produtores.

Em suma, o pescador passou a desenvolver outras atividades autônomas, exercendo outras funções, perdendo a condição de proprietário e muitas vezes de dono da terra, para as grandes incorporações pesqueiras que abastecem os principais mercados do país, como São Paulo e Rio de Janeiro. No âmbito do setor pesqueiro, a modernização significou a ampliação do projeto de desenvolvimento do país, concentrando todas as iniciativas em bases industriais. Por outro lado, os pescadores acabaram também sendo vítimas de uma exploração imobiliária decorrente da valorização das terras da orla litorânea, com o desenvolvimento de atividades de veraneio e o aumento dos fluxos turísticos.

1.1 As atividades comerciais e o porto como elementos formadores da cidade

Partindo de sua fundação, podemos caracterizar Desterro (a futura Florianópolis) como cidade político-administrativa. Seu espaço urbano, no início no século XIX, estava limitado às proximidades do porto, expandindo-se posteriormente em direção aos morros colinosos e ao sopé das encostas.

Como aconteceu com outras cidades brasileiras, era estratégica a presença do porto para viabilizar a ligação por mar com a metrópole lusitana. As cidades que o possuíam tinham uma função importantíssima para as políticas expansionistas da Metrópole. A necessidade de defender a posse do território definiu a escolha de determinados acidentes geográficos como as ilhas e baías como locais estratégicos para fundação das primeiras vilas.

No caso da formação da povoação do Desterro, segundo aponta Veiga (1993, p.54):

O fundador escolheu o sítio para erguer o seu estabelecimento, e tal decisão, consolidada no governo de Silva Paes, condicionou o destino da nova fundação e, porque não dizer de toda a ilha e continente fronteiriço. [...] ao se desenvolver e expandir o povoado, ficou regulado também pelas peculiaridades do sítio original e dos seus arredores. Entre estas características exerceram papel dominante além da ligação marítima, a acomodação e limitação da topografia original, orientação com relação aos ventos e a presença dos rios e das fontes de água. [...] disposta sobre o modelo topográfico acidentado, é compreensível que Desterro não tenha primado por um traçado urbano regular e geométrico. Suas ruas cresceram a esmo, obedecendo preliminarmente a preocupações de ordem comercial.

O espaço urbano de Desterro, que em 1894 passou a se chamar Florianópolis, estava, até o começo do século XX, limitado à área circunvizinha ao porto, expandindo-se posteriormente até o sopé das encostas dos morros situados nas suas proximidades. (PELUSO JR., 1991). A evolução da cidade foi, pois, marcada originalmente pelas atividades portuárias e administrativas e, em conseqüência, o seu processo de urbanização ajustou-se de início às exigências dessas funções.

Segundo Hübner (1981, p. 18), Florianópolis possuía, no começo do século XIX, as mesmas características de outras cidades coloniais, com:

[...] uma praça central bem próxima ao mar, e, ao redor dela, as principais edificações. Do lado sul da praça, ou melhor, no Largo do Palácio, como era chamada, estava localizado o cais, onde fazia-se o embarque e desembarque dos produtos e passageiros. Do lado oposto estava a Igreja Matriz Nossa Senhora do Desterro: do lado leste, a sede do governo provincial e a sua frente, do outro lado da praça, situava-se a Câmara Municipal. [...] a zona comercial estava localizada, como era natural, próxima ao porto, ou melhor, próxima a Alfândega. Na rua do príncipe (atual Conselheiro Mafra) havia um comércio varejista, cujas casas comerciais eram chamadas de armazéns, lojas de fazenda ou de secos e molhados.

Junto à área portuária, encontrava-se também a atividade de construção naval.

Segundo Hübner (1981, p. 18), “por volta de 1847 já existiam quatro estaleiros na cidade do